

Qualiagro

Melhorar sempre

A manutenção de posições conquistadas e a obtenção de novos espaços no **mercado internacional** pelo agronegócio brasileiro são tarefas que requerem a mobilização de nossas capacidades de:

- a) negociação;
- b) empreender condições difíceis em relação aos nossos concorrentes;
- c) uso efetivo da produção técnico-científica nacional;
- d) improvisar e inovar nas questões atinentes ao pós-colheita e seqüência de operações até os estágios finais da comercialização dos produtos.

Trata-se de obter novos formatos de gestão. De um lado, no sentido de aprimorar a coordenação intercadeias de parte do setor privado. De outro, de sincronizar as ações do governo e do setor privado, de forma que os interesses da nação possam prevalecer sobre eventuais questões ideológicas e de interesses particulares no plano das negociações internacionais.

A sistematização do agronegócio à base de **processos** controlados e previsíveis permite gerir a qualidade e a sanidade dos produtos, com vistas a oferecer aos consumidores a segurança do alimento. Por outra parte, cria as condições para aprimorar a gestão dos riscos sanitários, cada vez mais presentes no cenário e mais exigentes na sua identificação e solução.

A generalização da abordagem de processos assegura a aplicação das ferramentas relacionadas ao marketing, como o desenvolvimento de produtos e a inteligência de mercado, entre outras formas de agregar valor às mercadorias.



A atenção aos produtos que chegam ao mercado na condição de *commodities*, em grandes volumes, não deve impedir o desenvolvimento da capacidade de disputa no mercado com produtos de qualidade e alto valor agregado.

A questão do alimento seguro, hoje, é palavra-chave no dicionário do acesso aos mercados mais sofisticados e em condições de remunerar melhor os produtos. Sem a garantia de que são seguros,

quaisquer produtos tendem a estar fora do mercado. A recente aprovação da norma ISO 22.000 para a gestão de cadeias de alimentos evidencia a tendência e o tratamento prioritário que a Europa, particularmente, mas em consonância com o restante do mundo representado na instituição, estão concedendo à questão do alimento seguro.

Uma das estratégias essenciais nos trabalhos do QUALIAGRO é dar con-

sistência à intenção de disputar os mais diversos mercados, junto a compradores pequenos, médios e grandes, em todas as latitudes do Planeta, consolidando a vocação do Brasil para a liderança no mercado mundial do agronegócio.

Busca-se, no plano setorial, efetivar a formulação, o financiamento e a implementação de uma versão do Programa de Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para a Inovação e a Competitividade.

O Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) nasceu na década de 80, numa ação conjunta do Ministério da Indústria e Comércio, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no escopo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-PADCT, financiado pelo Banco Mundial.

Rapadura

As discussões realizadas em reunião técnica efetivada este mês, no Instituto de Tecnologias do Paraná-TECPAR*, indicam a conveniência de aprofundar a formulação, enquanto se buscam as condições para aumentar o aproveitamento das disciplinas da TIB no âmbito setorial, a exemplo da PIF-Frutas, que vem apresentando resultados satisfatórios.

Os custos financeiros e mercadológicos de situações como os registros no exterior de marcas como “rapadura” e “Cupuaçu” caracterizam a problemática mencionada e a sua situação atual.

Ainda é cedo para prever os desdobramentos, mas já encontra consenso em várias instâncias técnicas o potencial de uso das disciplinas da TIB (regulamentação técnica, normalização, avaliação da

conformidade, além de metrologia legal e científica) no agronegócio, o que não se limita ao cumprimento de eventuais exigências de mercados. Dar alguns passos nessa direção é imperativo, para se manter a competitividade.

Ademais, o propósito de um programa **TIB - Agronegócio** não seria mudar o que é bom, mas introduzir “boas práticas e melhoria contínua” onde apenas é necessário melhorar. Nesse sentido, é preciso investir onde houver deficiência.

Não há muito tempo para o País realizar investimentos relevantes, por exemplo, na organização e na gestão da área de propriedade intelectual, na qual temos sido surpreendidos com as mais diversas mazelas que, muitas vezes, acarretam custos, e outras, implicam em prejuízos. Nessa área, o volume de investimento que fizemos no desenvolvimento de conhecimento e tecnologia em “agricultura tropical” recomenda diligência na proteção desse patrimônio¹.

Na área da **regulamentação técnica**, são conhecidas as avaliações positivas de técnicos e instituições estrangeiras sobre a qualidade das equipes técnicas e a tradição de regulamentos supridos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a exemplo do SIF, que já é quase centenário.

Nesse segmento, parece essencial implementar uma programação de atualização dos mencionados **regulamentos técnicos**, bem como complementar a respectiva harmonização com os congêneres estrangeiros. Tudo sob a perspectiva dos compromissos assumidos no âmbito da OMC e do TBT, sem deixar de ter em conta as diretrizes e orientações da OIE.

No campo da **normalização**, há um maior volume de carências. A falta de tradição e o costume de trabalhar com de-

finições apenas da esfera governamental acabam por deixar o setor desguarnecido. O processo de atualização e submissão às boas práticas da **regulamentação técnica** pode contribuir decisivamente no avanço da normalização, num momento em que a “regulamentação técnica cada vez mais se apoia na normalização”.

É, portanto, a oportunidade para a construção de um novo ciclo virtuoso para a competitividade do agronegócio. Trabalhar para melhorar, ao mesmo tempo, as duas ferramentas, para que elas possam ser usadas de forma articulada.

Quanto à **avaliação da conformidade**, há ainda muito para avançar. Não obstante a existência de processos como as declarações de fornecedor, o caminho normal é o das certificações de segunda ou terceira parte nos termos do SINMETRO² e alinhados com a sistemática internacional.

Quanto à área metrológica, são conhecidas algumas necessidades no campo laboratorial, cujo levantamento detalhado está em curso no QUALIAGRO. Além disso, é preciso formar profissionais que contribuam no conhecimento e na operação de processos novos acoplados aos chamados novos **marcos regulatórios**.

A operação desses novos marcos poderá ter, nas **regiões**, postos avançados, por meio da estruturação das **entidades tecnológicas setoriais** que requererão adaptação para o agronegócio, mas poderão contribuir de forma marcante na estruturação e consolidação dos arranjos produtivos locais. ■

* O presente documento resume as conclusões da reunião técnica realizada no TECPAR, em 09.03.2005, como parte de estruturação da TIB para o Agronegócio.